

**Intervenção do presidente da Câmara Municipal de Loures,
Bernardino Soares, no encerramento do *Loures em Congresso*.**

27 de junho 2015, Pavilhão Paz e Amizade, Loures

I

Há cerca de cem dias atrás, quando iniciámos o *Loures em Congresso*, afirmámos que seria uma iniciativa visando:

- Realizar um debate e uma reflexão alargados sobre a realidade do Município, os seus problemas e as suas potencialidades;
- Integrar a participação da população, elemento estruturante da política do executivo municipal, e das entidades e instituições do concelho, a par com a estrutura municipal;
- A pluralidade de pontos de vista e abordagens, sejam políticas, académicas, técnicas ou científicas;
- Não ser um ponto de chegada, mas um forte impulso no desenvolvimento de um trabalho futuro.

Mais de cem dias passados, cumprimos estes objetivos.

Ao longo das 13 semanas temáticas e dos projetos diferenciados, abordámos a generalidade dos problemas que mais importam ao nosso concelho e muitos deles ao país; tivemos a participação dos presidentes de Câmara de Coimbra, do Barreiro, de Odivelas, de Barcelos, do ex-presidente da Câmara de Sintra e de numerosos autarcas do concelho e de fora dele. Participaram os presidentes da ANMP e da ANAFRE, o presidente da CCDR.

Participaram responsáveis de importantes entidades públicas e privadas como a Entidade regional de Turismo, o Alto Comissariado para as Migrações, a COTEC, importantes empresários do concelho e do país. Participaram algumas das mais prestigiadas figuras da comunidade educativa nacional e também da local.

Estiveram cá destacados sindicalistas das duas centrais sindicais e dos principais sindicatos da administração pública. Passearam por Loures, por Sacavém e por Camarate, debatendo a sua regeneração urbana, alguns dos mais prestigiados arquitetos e urbanistas portugueses como Nuno Portas, Fonseca Ferreira e João Serrão e também estiveram Keil do Amaral e Vítor Alberto. E podia continuar a elencar alguns dos maiores especialistas que em cada área de debate aqui estiveram.

O *Loures em Congresso* foi certamente uma das mais abrangentes e participadas iniciativas realizadas pelo poder local democrático no nosso país e transportou em si o que há de mais genuíno neste nível de poder democrático: a participação e a proximidade dos problemas e anseios da população.

As iniciativas contaram com a participação da população do nosso concelho, dos dirigentes associativos, dos empresários e dos trabalhadores do Município, em mais de três mil participações.

É devido um destaque aos trabalhadores do Município que tomaram em mão esta iniciativa, a par com a continuação de todas as outras atividades, e a transformaram, com a sua competência e o seu entusiasmo, no que ela foi, confirmando que são um elemento imprescindível na construção da estratégia municipal e na sua concretização dia a dia, mês após mês, ano após ano. O *Loures em Congresso* deu certamente um impulso decisivo para que a estrutura municipal aumentasse a sua capacitação para ver melhor os problemas e as suas soluções.

Uma palavra ainda para os membros do conselho executivo do *Loures em Congresso*, sob a coordenação do engenheiro Batista Alves, que foram a alma da organização do trabalho nestes mais de cem dias.

Uma palavra também para ao Conselho Consultivo, cujos contributos foram, como de resto se esperava, imprescindíveis para corrigir, melhorar e completar o leque de iniciativas propostas, acompanhando com frequência a realização das mesmas.

Este manancial de debate e reflexão vai ser trabalhado com vista à sua publicação, para que seja uma referência de todos os que se preocupam e refletem sobre o futuro do nosso concelho.

Ficou claro em todas estas iniciativas que não quisemos utilizar o *Loures em Congresso*, como alguns afirmavam, para voltar a fazer o julgamento do passado; ao contrário, foram cem dias completamente virados para o futuro.

Também ficou claro que, ao contrário do que alguns temiam, aqui não se tratou de qualquer antecipação da próxima campanha eleitoral para a Assembleia da República, mesmo que, como era inevitável, algumas intervenções se referissem de forma crítica à política do Governo, como não podia deixar de acontecer em debates com pluralidade de ideias e ligados à realidade que estamos a viver – é que a política do Governo é mesmo negativa.

Podemos dizer hoje, com segurança, que o *Loures em Congresso* superou as previsões e que, por isso, gerou uma enorme expectativa de que o seu conteúdo se traduza em avanços, em estratégia e em ação: mas cá estamos todos para fazer cumprir essa expectativa.

II

Os painéis que congregaram a diversidade de temas de interesse municipal foram de uma enorme riqueza.

A educação, questão estruturante para qualquer território (aliás para qualquer país) recebeu forte atenção do *Loures em Congresso*. Especialmente debatida foi a questão da chamada “municipalização” da educação, capa sob a qual se esconde, não um qualquer processo de negociação para descentralizar competências acompanhadas dos respetivos recursos, mas uma delegação de competências casuística e podendo abranger áreas que devem permanecer no plano nacional.

Sistematicamente os governos têm vindo a transferir competências para as autarquias sem recursos suficientes, seja de forma genérica, seja com contratos,

como o que tem o concelho de Loures com o Ministério da Educação, aliás fortemente penalizador da Autarquia e das escolas, porque não prevê os recursos suficientes para o seu funcionamento ou manutenção. É a Câmara que suporta a significativa diferença, com dificuldades que obviamente se refletem na vida das escolas.

A escola pública é um instrumento nivelador de desigualdades e não pode ser casuisticamente desmembrada com o claro objetivo de desresponsabilizar a administração central e acentuar as diferenciações no acesso ao ensino de qualidade entre territórios e populações.

Naturalmente a Câmara tem apostado no investimento nas infraestruturas de educação e sem dúvida vai continuar a apostar. Aí estão os mais de 4,5 milhões do empréstimo para investimento nas escolas, a juntar a outras verbas saídas diretamente do orçamento municipal. Naturalmente temos suportado a diferença entre o número de trabalhadores não docentes necessários às escolas (recorrendo ainda infelizmente a um número significativo de situações precárias) e aquele que o Ministério da Educação efetivamente financia.

É por isso indispensável finalizar a análise do contrato de execução com o Ministério da Educação e exigir os recursos adequados para as competências que a Autarquia desempenha, bem como para acorrer às escolas e competências que continuam na responsabilidade direta do Governo.

Uma outra área onde a população do concelho continua a sofrer com a quase total ausência de uma política nacional coerente é a habitação. Por falta de uma política que garantisse esse direito, proliferaram no concelho de Loures, e noutros, habitações precárias ou de génese ilegal, que ainda hoje são um dos principais problemas do nosso território, situação que se agravou com os problemas criados pela nova lei das rendas.

Na intervenção municipal direta assume especial importância a questão dos bairros municipais. Procurando deixar para trás a exclusão e caminhar para a integração, a Câmara tem vindo a intervir nos bairros numa perspetiva integrada,

utilizando a arte como elemento de intervenção e aproximação dos moradores dos serviços municipais, bem como das comunidades contíguas.

A par da imprescindível intervenção de diversas instituições sociais e do papel decisivo da escola pública, o trabalho feito, por exemplo, pelo teatro Ibisco e o grande destaque nacional e internacional que atingiu a Galeria de Arte Pública da Quinta do Mocho são instrumentos preciosos na mudança da vivência daqueles espaços. Mudança que em muitos aspetos já aconteceu, como bem demonstra o ambiente que ali agora se vive.

Mas a intervenção tem de ser mais profunda; é preciso avançar mais rapidamente com a recuperação do património habitacional, com a corresponsabilização dos moradores e, também, com a beneficiação do espaço público daqueles bairros.

III

O *Loures em Congresso* reforçou a convicção de que a intervenção no apoio ao movimento associativo é um facto decisivo para a sustentabilidade da sua atividade. Neste período, discutiu-se de forma muito ampla o novo Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, já aprovado em Assembleia Municipal, garantindo critérios justos e total transparência na atribuição dos apoios públicos. Um regulamento para ser efetivamente aplicado, garantindo regras estáveis a todas as associações e coletividades.

Nada disto pode fazer esquecer a quase completa ausência de apoios do Estado ao movimento associativo de base popular, que não podemos deixar que se banalize e esqueça, como se de coisa normal se tratasse. E o mesmo acontece com as IPSS, com os bombeiros, as associações de reformados e tantas outras instituições.

Por outro lado, a política municipal tem de continuar a apostar na cultura como vetor estratégico de desenvolvimento. A cultura é “uma arma carregada de futuro” e o Município deve programar as opções estratégicas da política cultural, garantindo o acesso às suas diferentes expressões, apoiando projetos e jovens artistas e potenciando os equipamentos municipais existentes e futuros.

É preciso uma parcimoniosa programação de novos equipamentos, que tenha em conta a sustentabilidade da sua manutenção e o seu real impacto a médio e longo prazo, tendo em conta, sobretudo, os recursos existentes.

Particularmente significativo é o facto de ter sido concebido durante o *Loures em Congresso* o projeto “Leituras para a Cultura”, visando promover o acesso à leitura na rede de bibliotecas de Loures, daqui a algum tempo reforçada com a Biblioteca Municipal Ary dos Santos.

IV

No plano do desenvolvimento económico, queremos assumir um papel cada vez mais ativo, em que a Agência de Investimento será um instrumento fundamental. Não se trata de uma estrutura para duplicar recursos humanos, mas a corporização de uma nova forma de abordar os problemas das empresas e dos empresários. Queremos que a Autarquia seja um promotor do desenvolvimento económico e um facilitador dos processos municipais, sempre com total respeito pelas regras legais e pela transparência e isenção da administração.

Queremos fomentar a inovação, facto bem patente no já criado “Loures Inova”, agência de inovação em parceria com o MARL e a Universidade Nova. Queremos continuar a aprofundar os laços desenvolvidos com diversas universidades e a potenciar o seu relacionamento com as empresas e a atividade económica do concelho.

Queremos cultivar as nossas potencialidades, designadamente nos setores já definidos como estratégicos: a saúde, as indústrias criativas, o ambiente, a logística e o imenso potencial agrícola, turístico e, particularmente, vitivinícola da zona norte do concelho. Precisamos de apoiar o comércio local, não só como elemento fundamental para a economia e o emprego no concelho, como pela sua importância nos centros urbanos onde se insere.

Queremos potenciar as nossas características diferenciadoras no contexto metropolitano, mercado potencial de vários milhões de pessoas em que nos inserimos.

V

A questão dos serviços públicos adquiriu papel destacado no *Loures em Congresso*. Não podia ser de outra maneira. No seu funcionamento reside a garantia ou o impedimento de acesso a respostas essenciais.

Este painel também se debruçou sobre as necessidades de melhoramento nos serviços municipais. A necessidade de melhorar, substancialmente, o atendimento direto aos munícipes está desde já a ser estudada, para que se estabeleça um plano gradual para a sua transformação, estando já em discussão uma alteração da estrutura orgânica da Câmara no sentido de concentrar numa só unidade orgânica este trabalho, para que seja melhor orientado e coordenado. Mais e melhor atendimento aos munícipes é um objetivo estratégico da Câmara para os próximos anos.

Falámos igualmente do uso racional da água, uma preocupação central no trabalho dos SIMAR e do departamento de ambiente da Câmara, seja por razões económicas, seja por razões ambientais. Papel essencial dos SIMAR na prestação à comunidade de alguns dos serviços mais importantes.

Neste painel assumiu-se que só com trabalhadores públicos respeitados, só com outra política de recursos humanos é que um município, ou qualquer outra instituição pode progredir. A manutenção das 35 horas de trabalho, o descongelamento das carreiras (lembre-se que o Município procedeu à mobilidade intercarreiras de mais de 100 trabalhadores) ou a saúde e segurança dos trabalhadores são justas reivindicações de quem trabalha. E só com a possibilidade de praticar uma verdadeira política de recursos humanos, que contrarie o envelhecimento das estruturas e que devolva a capacidade de resposta aos nossos serviços mais depauperados, poderemos inverter o desastre imposto pela política do Governo nos últimos anos.

Mas indiscutivelmente os debates sobre os serviços públicos não deixaram de apontar às responsabilidades da administração central na progressiva rarefação de serviços públicos no concelho – centros de saúde, centros de emprego, atendimentos da segurança social, transportes públicos, entre outros. E apontaram também à política de destruição de empresas de serviço público de tratamento de resíduos e esgotos – Valorsul e Simtejo –, espoliando os municípios do seu património e das suas competências, preparando-se para aumentar brutalmente as tarifas cobradas aos municípios e à população.

Estes processos não estão terminados. Na próxima terça-feira ocorrem, aliás, duas iniciativas de grande importância; às 10h30 uma concentração de todos os presidentes de Câmara da Área Metropolitana de Lisboa e de vários outros que se lhes juntarão, em Lisboa, junto à Mãe d'Água; às 21 horas, em São João da Talha, no Pavilhão José Gouveia, uma sessão pública da Câmara Municipal para informar a população dos gravíssimos compromissos que o Governo assumiu com a proposta escolhida para comprar a empresa Valorsul.

Num caso, como noutro, exigimos que os processos sejam interrompidos e, caso isso não aconteça, exigiremos que o próximo Governo proceda à reversão das decisões, restituindo aos municípios e às populações o que é seu.

VI

Loures tem na logística uma das suas principais atividades económicas, mas rejeitamos a conceção redutora do PROTAML que quer reduzir o concelho a uma plataforma de logística.

O debate sobre a evolução das cidades de Loures e Sacavém juntou algumas das mais qualificadas contribuições deste *Loures em Congresso*.

Ambas, tal como Camarate e Moscavide, serão alvo de programas de regeneração urbana, aproveitando recursos de empréstimo para investimento, mas com certeza prolongando o trabalho muito para depois disso.

Queremos núcleos urbanos mais habitados, com mais atividade económica e animação cultural – com mais vida.

Apontou-se igualmente para dar prioridade à circulação pedonal e também em bicicleta, questão que deve estar presente no trabalho do conjunto dos serviços da Câmara, no quadro mais vasto da acessibilidade, onde também se integra o projeto “Loures Acessível”, dirigido às pessoas com mobilidade reduzida.

Tal não deve fazer esquecer a recuperação da rede viária existente, já em curso, um dos problemas mais sentidos pela população.

No plano das AUGI, novas perspetivas se abrem com a entrada em vigor do PDM, embora se reconheçam as dificuldades, sobretudo tendo em conta a situação económica e social que o país atravessa. Esperemos que a próxima década seja o período em que são legalizadas as AUGI e encontrada uma solução justa para as Áreas Urbanas Insuscetíveis de Recuperação, que tem de ter natureza e participação supramunicipal.

Loures tem nos projetos da Frente Ribeirinha do Tejo, a devolver às populações, e do Parque da Várzea e Costeiras de Loures, espaços unificadores do concelho, com privilegiado contacto com a natureza, duas fortíssimas apostas para os próximos anos, capazes de marcar de forma indelével o território de Loures e da área metropolitana.

VII

Os municípios sempre geriram melhor do que os governos, não são responsáveis pelo descalabro da dívida e do défice, e são alvo de uma política centralista e antidemocrática, que visa captar cada vez mais recursos, para cada vez mais os entregar aos grandes interesses económicos e à especulação financeira.

Aqui, neste concelho, exigimos outra política para os municípios e as freguesias, leis justas e uma participação nas receitas do Estado, capaz de recuperar a capacidade económica das autarquias.

No Município de Loures pretendemos que todas as políticas assentem na sustentabilidade financeira da gestão, apesar das dificuldades que a permanente instabilidade e incerteza das receitas coloca a esse objetivo.

Pretendemos continuar a praticar a transparência, através de uma comunicação sóbria e sempre com conteúdo real, única forma de não defraudar as justas exigências da população.

Em Loures, estamos já a preparar a introdução na estrutura orgânica de um gabinete de planeamento, para dar seguimento ao trabalho que hoje termina e para que nunca mais a Autarquia possa funcionar sem que haja uma perspetiva estratégica nas opções a tomar.

Em Loures, não estamos a pensar em função do ciclo político que termina em 2017; queremos uma política municipal sólida e séria, capaz de planear o futuro e de dar estabilidade a pessoas, empresas e instituições, evitando decisões e opções imediatistas e casuísticas. Precisamos de projetar a próxima década para estarmos em condições de tomar as decisões certas todos os dias.

Em Loures, queremos continuar a trabalhar para as pessoas: a primeira e a principal razão da existência das autarquias.

VIII

O *Loures em Congresso* pôs à vista as nossas potencialidades e o que nos diferencia de outros territórios. Somos um concelho com um riquíssimo património material e imaterial, com centralidade metropolitana, com setores económicos diferenciados e modernos; um concelho que foi capaz de acordar com Odivelas a criação dos SIMAR, pondo fim à incerteza da privatização e a anos de conflito; um concelho que tem a riqueza da várzea e a beleza da frente ribeirinha do Tejo; um concelho com uma vasta zona rural com uma região demarcada; um concelho que aposta na educação, que está a começar a recuperar o seu parque habitacional e que tem um dos maiores conjuntos de arte urbana do mundo; um concelho em que

existem 123 nacionalidades e que é o concelho com maior diversidade religiosa no país, sendo a multiculturalidade uma das suas maiores riquezas.

E se há coisa que esta iniciativa de cem dias provou é que há gente, há forças, há vontade de levar o concelho para a frente e fazer dele um concelho mais coeso, mais desenvolvido e melhor organizado.

Essa gente está hoje aqui, esteve nas iniciativas e está nos serviços municipais; essa gente está também fora do concelho, em todos aqueles que podem dar um contributo para o nosso progresso coletivo.

Há gente, há ideias, há vontade de trabalhar, há uma grande força transformadora. Vai haver futuro!